

## **ICANN 58 (Copenhague, 11-16/03/17)**

### **RELATÓRIO DO ITAMARATY**

Realizou-se, conforme previsto, em Copenhague, no período de 11 a 16 de março último, a 58ª. Reunião da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN). O Diretor do DCT, Embaixador Benedicto Fonseca Filho, representou o governo brasileiro nas reuniões do Comitê Assessor Governamental (GAC). Também integraram a delegação governamental brasileira o Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Maximiliano Martinhão, e o Secretário de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Marcelo Pagotti. O Brasil esteve, ainda, representado por diversos Conselheiros do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), em representação do setor privado, da sociedade civil (terceiro setor), e das comunidades acadêmica e técnica, bem como por personalidades da sociedade civil, do setor privado e da Academia que não integram o CGI.br.

#### **CCWG-ACCOUNTABILITY**

2. A ICANN 58 foi precedida da realização, no dia 10/03, de reunião do Grupo de Trabalho sobre Revisão de Mecanismos de Prestação de Contas da ICANN ("CCWG-Accountability") encarregado de dar prosseguimento à consideração de temas que não puderam ser suficientemente explorados no contexto da elaboração da proposta de transição. A reunião visou a passar em revista o andamento dos trabalhos nos diferentes subgrupos. Apurou-se que em alguns grupos (sobre transparência; boa conduta; prestação de contas dos "comitês consultivos" e "organizações de suporte") tem havido bons avanços, com a perspectiva de poderem encerrar suas atividades no decorrer deste ano. Outros (Direitos Humanos, Diversidade; prestação de contas do corpo de funcionários da ICANN) encontrar-se-iam em estágio intermediário. Em relação a um terceiro grupo (entre os quais ombudsman e jurisdição), contudo, poucos avanços teriam sido alcançados até a data, de onde a necessidade de já prever a extensão de seus trabalhos para além de 2017. De todos os Subgrupos, o que teria logrado menores progressos (estima-se que apenas 15% das atividades necessárias para sua finalização teriam sido implementadas) foi identificado como o relativo ao tema da Jurisdição, o

qual, como se sabe, tem sido acompanhado pelo governo brasileiro com particular interesse.

3. Nessas condições, o representante brasileiro apoiou proposta de gestionar junto à ICANN a possibilidade de utilização durante o ano fiscal de 2018, dos recursos dedicados ao funcionamento dos Subgrupos. Estima-se, em princípio, aliás, que não serão necessários novos recursos além daqueles inicialmente provisionados - o que exigiria, contudo, manter limitados os gastos com passagens aéreas e diárias necessárias para viabilizar a participação de integrantes do CCWG-Accountability e respectivos Subgrupos.

#### REUNIÃO DO GAC

4. A agenda de trabalhos do GAC incluiu, conforme previsto, numerosos temas, entre os quais: princípios de operação do Comitê no período pós-transição (revisão das diretrizes relativas à organização e funcionamento do GAC); avaliação dos progressos do "work stream 2", com base nos resultados da reunião do CCWG-Accountability; proteção e confiança dos consumidores; mitigação de abusos no registro de nomes de domínios; proteção de nomes geográficos e de organizações internacionais; e questões de segurança pública associadas ao sistema de nomes de domínios. Os temas que concentraram a atenção do representante brasileiro passam a ser relatados a seguir.

5. Do ponto de vista da atuação no GAC, o tema de maior importância, pelo tempo dedicado nas reuniões internas do GAC e nas reuniões de coordenação com a comunidade de nomes genéricos ("gNSO") e com a Diretoria da ICANN foi o relativo à utilização, no segundo nível, dos códigos de país (por exemplo, "br.hotel" ou "fr.shop"). Também foi o tema que requereu maior esforço de coordenação entre os membros do GAC por ocasião da negociação do Comunicado do Comitê.

6. A Delegação brasileira procurou, desde o início da reunião, coordenar-se com representações de outros países com vistas a garantir a inserção do tema na agenda do GAC (de cuja versão inicial sequer constava) e explorar forma de assegurar tratamento adequado. Nas reuniões internas e de coordenação com o gNSO e com o "Board", a Delegação liderou a discussão sobre o assunto, com foco na decisão da Diretoria da ICANN, anunciada ao final da reunião de Hyderabad, em

novembro de 2016, de autorizar aos detentores de domínios de primeiro nível, a delegação, no segundo nível, dos códigos de duas letras dos países. Manifestou inconformidade com a decisão, que alterou entendimento anteriormente prevalecente quanto à indisponibilidade, para registro comercial, de códigos de país e qualquer nível.

7. O representante brasileiro dividiu sua crítica à decisão do "Board" em duas partes. Do ponto de vista de procedimentos, salientou o fato de a decisão ter "atropelado" o método anteriormente prevalecente, pelo qual a delegação de códigos de país por detentor de gTLD deveria ser precedida de consulta ao país interessado conforme necessário. Relembrou, nesse contexto, que a própria ICANN havia estabelecido, desde 2014, lista com manifestação, para cada país, do método a empregar. De acordo com esse procedimento, alguns países haviam manifestado consentimento à utilização de seu código de duas letras sem quaisquer restrições; outros haviam indicado desejo de ser consultados em qualquer caso; e um terceiro grupo (entre os quais o Brasil) havia indicado interesse em ser consultado apenas no caso de gTLDs apenas no caso de gTLDs "genéricos" como por exemplo .shop ou .beauty, mas não no caso de "brand gTLDs" como .hilton ou .pepsi. O GAC não foi, contudo, consultado nem sequer informado sobre a iniciativa do "Board" de substituir esse "modus operandi" pela regulamentação adotado no final do ano passado.

8. Do ponto de vista substantivo, registrou-se discordância com os termos da decisão do Board, inclusive no que se refere a mecanismos de "mitigação" incluídos na decisão - tais como, por exemplo, o dispositivo segundo o qual os países teriam um período de exclusividade para aquisição de domínio de segundo nível com seu código de duas letras. Importante assinalar, a propósito, que os comentários feitos pelo representante brasileiro foram invariavelmente secundados por países como Irã, Peru, Argentina e Portugal. Durante o debate, somaram-se, ademais, grande número de países de diferentes regiões e perfis de participação nos debates da ICANN, tais como Cingapura, Espanha, Itália, Egito e até mesmo a Comissão Europeia. Ficou patente, aliás, que a estratégia de questionar a decisão do "Board" tanto pelo lado dos procedimentos seguidos quanto pelo da substância, permitiu ampliar o leque de apoios à iniciativa. Alguns países, como Reino Unido e Países Baixos, por exemplo, fizeram questão de explicitar que

não tinham preocupações com a substância da decisão, mas aderiram ao consenso em torno da queixa quanto ao procedimento seguido.

9. A reunião com a Diretoria da ICANN ocorreu em momento no qual o assunto já estava bastante disseminado no âmbito do GAC. Numerosos países manifestaram preocupação tanto em relação aos procedimentos quanto no que diz respeito à substância. As explicações fornecidas pelo "Board" no sentido de procurar esclarecer as etapas seguidas em seu processo de tomada de decisão - alegadamente incontornável diante da apresentação dos resultados de "Policy Development Process-PDP" desenvolvido pelo gNSO - não atendeu as preocupações expressadas pelo GAC de modo satisfatório.

10. Nessas circunstâncias, o comunicado do GAC emitido ao final da reunião de Copenhague tratou do assunto nos seguintes termos:

#### "2-Character Country/Territory Codes at the Second Level

In light of the discussions with the ICANN Board in Copenhagen on the Board Resolution of 8 November 2016 and its implementation of 13 December 2016 regarding two-letter country codes as second level domains

The GAC advises the ICANN Board to:

- I Take into account the serious concerns expressed by some GAC Members as contained in previous GAC Advice
- II Engage with concerned governments by the next ICANN meeting to resolve those concerns.
- III Immediately explore measures to find a satisfactory solution of the matter to meet the concerns of these countries before being further aggravated.
- IV Provide clarification of the decision-making process and of the rationale for the November 2016 resolution, particularly in regard to consideration of the GAC advice, timing and level of support for this resolution.

RATIONALE The GAC noted serious concerns expressed by some governments about the consequences introduced by

the changes created by the 8 November 2016 Resolution. In particular, according to the new procedure it is no longer mandatory for the registries to notify governments of the plans for their use of 2-letter codes, nor are registries required to seek agreement of governments when releasing two-letter country codes at the second level, which, for example, allows registries to charge governments substantial fees."

11. Caberia, também, mencionar debate sobre a questão relativa ao acesso a conversas reservadas entre os membros do Comitê, motivada pela decisão tomada pela liderança do GAC, *sem consulta aos membros, de autorizar a cessão de todos os registros das discussões sobre a questão relativa ao pedido de registro do domínio de primeiro nível ".amazon" pela Amazon Inc. Como se recorda, o "Board" acatou, provisoriamente, pedido formulado pelos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica-OTCA no sentido de rejeitar o pedido de registro, mas a empresa deu início a processo de revisão previsto nas "bylaws" da ICANN. Foi nesse contexto - e a pedido do painel - que a liderança do GAC adotou a decisão em apreço. O Brasil e outros países manifestaram reserva ao procedimento seguido, o qual, além de referir-se a matéria substantivamente controversa, caracterizou, de forma inédita, "disclosure" de interações realizadas por representantes governamentais em forma reservada. O argumento esgrimido pelo presidente do GAC - de que o Secretariado da ICANN já dispunha desse material e que poderia ser obrigada a fornecê-lo, de qualquer maneira, caso a questão evoluísse para etapa judicial - causou ainda maior estranheza, por reconhecer, de forma explícita, que a ICANN mantém registro de todas as comunicações trocadas entre os membros de governo que atuam no âmbito da organização, distanciando-se, assim, da desejável neutralidade esperada de qualquer secretariado. No debate em plenária sobre o assunto, o GAC decidiu não censurar o procedimento seguido pela liderança, em reconhecimento das circunstâncias específicas que haviam motivado a decisão, mas solicitou que futuros casos que eventualmente envolvam pedidos semelhantes sejam objeto de consulta aos membros.*

12. O Presidente do GAC, Thomas Schneider, anunciou que não poderá cumprir todo o mandato atual para o qual foi re-eleito em 2016 (previsto para vigorar até a última reunião da ICANN em 2018) em razão de indisponibilidade de tempo a partir da assunção de

novas responsabilidades no seio do governo suíço. Nessas condições, o Secretariado do GAC deverá dar início ao processo de eleição do novo presidente e dos cinco vice-presidentes por ocasião da ICANN 59 (Joanesburgo, junho de 2017), devendo o processo de votação iniciar-se imediatamente antes da reunião de Abu Dhabi (a realizar-se no último quadrimestre do ano). Sem prejuízo desse cronograma, o nome da representante da Argentina, Senhora Olga Cavalli, já foi lançado, durante a reunião de Copenhague, para a presidência do GAC.

#### REUNIÃO COM DOADORES PARA O SECRETARIADO INDEPENDENTE DO GAC

13. O Embaixador Benedicto Fonseca manteve, em coordenação com o Secretário-Executivo do CGI.br, reunião com os demais países doadores para manutenção do Secretariado independente do GAC. Confirmou contribuição para o orçamento deste ano, por intermédio do Comitê Gestor para a Internet no Brasil (CGI.br) no valor de 25 mil euros. Representante da Suíça, que conduziu a reunião, fez relato sobre a situação dramática da "GAC SEcretariat Funding Association". Alertou para o fato de que, não obstante a base de doadores ter sido ampliada, o valor total apurado não permitiria pagamento dos serviços oferecidos pela empresa de consultoria australiana ACIG para além de julho/agosto de 2017. Nessas circunstâncias, fez apelo (i) para que os atuais doadores considerassem a possibilidade de aumentar suas contribuições para este ano; (ii) para que fossem incrementados esforços para ampliar ainda mais a base de doadores e/ou buscar novos compromissos por parte daqueles que já o fizeram pela primeira vez este ano; e (iii) para fossem exploradas alternativas como, por exemplo, a redução do volume de trabalho demandado da ACIG para nível que permitisse a manutenção do contrato com aquela empresa pelo menos até o final do ano ou a realização de gestão junto à Diretoria da ICANN com vistas à obtenção de suplementação dos recursos necessários. O assunto foi levado, posteriormente, ao plenário do GAC, tendo constado de seu Comunicado Final nos seguintes termos: "The GAC noted that the current contract with ACIG to provide an independent secretariat service to the GAC expires in July 2017 and agreed that the GAC leadership urgently engage with ICANN on its extension. Pledges from GAC members to contribute to the costs of the secretariat have been increasingly numerous but to date

insufficient to maintain the same level of service provided, which implies the need for adjusting the level of service provided in the short term. Further pledges are sought and encouraged as a matter of urgency. In addition, the GAC leadership will work on mid-term solutions with a view of finding sustainable funding arrangements".

#### REUNIÃO COM O CEO DA ICANN

14. Os Conselheiros do CGI.br e o representante do Itamaraty mantiveram encontro, à margem da 58<sup>a</sup>. Reunião da ICANN, com o CEO daquela Corporação, Goran Marby, que se fez acompanhar de outros membros da Diretoria. Foram tratados, na ocasião, entre outros, os temas relativos ao uso de código-país de duas letras; ao caso Amazon; e à expansão de novos gTLDs. A reunião - que antecedeu a realização da reunião entre o GAC e o Board - permitiu à delegação brasileira obter, em primeira mão, informações - ainda que insatisfatórias - a respeito do procedimento seguido pelo Board em sua decisão de novembro de 2016 sobre o uso de códigos-país no segundo nível de gTLDs. No tocante ao caso Amazon, a delegação foi informada de que prossegue o painel de solução de controvérsias (IRP) instaurado a partir de petição da Amazon.Inc, com previsão de encerramento no início de 2018. Goran Marby mostrou-se, contudo - ao contrário do anterior CEO Fadi Chehadé - pouco inclinado a conferir enfoque político ao tema, limitando-se a comentar que, a seu ver, o termo "Amazon" não guarda, necessariamente, relação direta com a região geográfica sul-americana. Trata-se de questão a ser acompanhada com atenção pelo Brasil, considerando, inclusive, que no passado recente a perspectiva de que o domínio ".amazon" pudesse ser delegado à empresa homônima, em detrimento dos países da região, chegou a gerar audiência pública no Senado por iniciativa da Senadora Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM). Finalmente, diversos Conselheiros do CGI.br expressaram preocupação com a possibilidade de que a expansão descontrolada de novos gTLDs possa de alguma maneira afetar o funcionamento dos domínios de topo dos países, com eventual deslocamento dos ccTLDs.

15. A 59<sup>a</sup>. Reunião da ICANN será realizada em Joanesburgo, de 26 a 29 de junho de 2017.